
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA
REVISTA GERMINAL MARXISMO E EDUCAÇÃO EM DEBATE**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA
REVISTA GERMINAL MARXISMO E EDUCAÇÃO EM DEBATE**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA
REVISTA GERMINAL MARXISMO E EDUCAÇÃO EM DEBATE**

Luiz Aparecido Alves de Souza¹

Introdução

O debate acerca da Formação de Professores no âmbito geral tem-se ampliado, sobretudo a partir dos processos históricos da redemocratização nos idos de 1985, como a atuação dos movimentos docentes², das lutas e debates travados no contexto da Constituinte bem como à sequência da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/1996.

No que tange ao capítulo destinado à formação dos profissionais da educação, Título VI, Art. 61., o texto exarado da lei, foi o constructo de cenários de exaustivos debates que envolveram perspectivas teórico-metodológicas diversas no contexto da reestruturação produtiva: hegemônicas ao modo de produção capitalista, e outras, contra hegemônicas, por entenderem que uma formação de qualidade social, deve considerar a luta por uma outra formação social.

No sentido de interrogarmos o debate a respeito da formação de professores para o campo formativo da educação profissional e tecnológica, observamos que o debate acumulado nas décadas de 1990 em diante, trata, em sua maioria, da formação de professores para a educação básica e superior.

Desse modo, com a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008), nossa hipótese firmou-se que o interesse em torno do tema, tornasse mais relevante, dado a complexidade do campo formativo da Educação Profissional no contexto histórico da educação brasileira.

Inúmeros veículos de divulgação emprestaram voz na socialização desses debates no sentido de contribuir para dar impulso ao movimento às lutas sociais para uma educação humanizada para todas as

classes sociais. Entre esses veículos, a Revista *Geminal* se situa e ganha particular destaque, entre os periódicos que tributa no campo crítico, ao colocar o debate no eixo Trabalho e Educação.

Este presente trabalho, tem como objetivo, apresentar um panorama dos debates acerca da categoria Formação de Professores e a Educação Profissional e Tecnológica na referida revista. Utilizou-se da metodologia do tipo *estado da arte* na circunscrição dos números publicados entre 2009 à 2018. Interroga como é tratada a categoria Formação de Professores e se essa, faz relação com a Educação Profissional e Tecnológica.

Para tanto, organizamos o estudo em três momentos, a saber: 1) Contextualizaremos o tema Formação de Professores e sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica no sentido de situar o debate na arena das políticas educacionais; 2) Apontaremos os debates trazidos no âmbito da Revista *Geminal* como parte do contexto educacional brasileiro e 3) Teceremos algumas considerações diante do estudo realizado no sentido de contribuirmos para o debate acerca do tema.

Formação de Professores e a Educação Profissional e Tecnológica

Podemos partir da afirmativa de que existe um bom acúmulo de experiências sobre a formação de professores pós-LDB/96 o que implica em dimensionarmos o tema à diversidade de debates e práticas, num país de amplitude continental. Nesses últimos 20 anos, a educação brasileira tem convivido com uma política desarticulada com a formação inicial, formação continuada e de condições de trabalho, salários e carreira e, a uma concepção sócio histórica do educador a orientá-la.

Considerar essa desarticulação política e somar a um contexto social marcado pela desigualdade e pela exclusão próprias do capitalismo. Entender estas amarras sociais é importante para que não criemos ilusões de soluções fáceis para os problemas da educação e da formação. As condições perversas que historicamente vêm degradando e desvalorizando a educação e a profissão docente, se mantêm em nosso país, em níveis bastante elevados, como afirma Freitas (2007).

Desse modo, inserir o debate sobre a formação de professores para a educação profissional e tecnológica exige esforços de situá-lo no escopo das políticas neoliberais que influenciaram as políticas educacionais dos anos 90 em diante no Brasil: o mercado como controle do poder político³, pelo qual adquire a posição de um mecanismo intrascendível no processo de produção e reprodução da vida social. (TEIXEIRA, 1998).

Nesse sentido, as políticas educacionais, e especialmente, as que tratam da formação de professores, sofrem determinações e controle do mercado e concorrem para que o processo de reprodução e reprodução do modo de produção capitalista se perpetue, o que explica os processos e retrocessos no âmbito dos mecanismos de regulação e desoneração do Estado frente a essas políticas.

Pereira (2010) explicita essa questão ao tratar especificamente das políticas de formação de professores na rede estadual do Estado de Santa Catarina, no contexto da reestruturação produtiva:

Assim, o controle da formação de professores para uma educação cidadã se inscreve nos interesses o capital, seja nas políticas dos Estados de bem-estar social, seja nas dos

Estados neoliberais. Conforme Marx e Engels, as ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritualmente dominante (p. 173).

Os debates acerca de uma política específica para a formação de professores para a educação profissional e tecnológica no âmbito do contexto da reestruturação produtiva da década de 1990 em diante, data de 2003, quando do Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica: concepções, propostas, problemas e retomada no ano posterior, com ampla participação dos setores envolvidos com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Nos anos seguintes, 2005, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação chamou para a elaboração da Política de Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica e, em 2008, o INEP/MEC, convoca estudiosos no assunto a participarem e contribuir em no VIII Simpósio Educação Superior em Debate, com o tema Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica, em diálogo com a SETEC/MEC.

Desse modo, o debate a respeito da formação de professores no âmbito da EPT tem-se intensificado com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da inserção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos estados da federação, e da promulgação da Resolução CNE/CP n. 02 de 1º de julho de 2015 que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.⁴

O problema estrutural que se aponta para essa esfera da formação de professores, principalmente, é ausência de rigor na exigência de formação para a docência. Isso leva a algumas indagações: existe um conjunto de conhecimentos inerentes à docência que a justifique como profissão? Se defendemos que sim, interroga-se: Por que, historicamente, a docência pode ser exercida por qualquer profissional que comprove “saber notório”? A resposta se dá da seguinte maneira: apesar de existir um conjunto de saberes próprios da profissão docente, essa não tem reconhecimento social e do mundo do trabalho compatível com sua importância para a sociedade, comparado com as profissões liberais. (MOURA, 2008).

A formação de professores na Revista *Germinal*, *Marxismo e Educação em Debate*

Ao acessarmos o site da revista *Germinal*, *Marxismo e Educação em Debate*, recorreremos ao descritor “formação de professores” e localizamos 75 documentos. Desses documentos listados, ao ler os resumos, selecionamos 21 trabalhos, entre artigos, dissertações e teses que tratavam especificamente da temática. Os demais traziam outros debates que não necessariamente ao que nos interessava ao objeto em questão.

Os trabalhos entre os anos de 2009 a 2018 selecionados, são os que constam na tabela abaixo:

Formação de Professores- Revista <i>Germinal</i> 2009-2018			
Ano/Vol./N.	Título	Autores	Instituição
2009, v.1; n. 1	Formação de professores em nível superior no Estado de Santa Catarina (1960-2002): controle e desoneração do Estado. (Tese).	Maria de Fátima Rodrigues Pereira	Universidade Estadual de Campinas

2010, v.2, n. 2	A pedagogia socialista e a formação do educador do campo no século XXI: as contribuições da Pedagogia da Terra.	Nair Casagrande	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
2010, v.2, n.1	Organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST: realidade e possibilidades.	Mauro Titton	Universidade Federal de Santa Catarina
2011, v.3, n. 1	As manifestações da consciência política entre professores de Educação Física	Guilherme Gil da Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2012, v. 4; n.1	Avanços e contradições nas políticas de formação de professores no Brasil contemporâneo: o caso do PROINFANTIL.	Flavia de Figueiredo de Lamare	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro
2013, v. 5, n. 2	Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a formação de professores.	Ana Carolina Galvão Marsiglia Ligia Marcia Martins	Universidade Federal do Espírito Santo. Universidade Estadual de São Paulo/Bauru
2013, v.5, n.1	Formação da consciência e produção da existência: apontamentos teóricos e metodológicos para o estudo da formação dos professores de educação física. (Dissertação).	Paula Souza da Silveira	Universidade Estadual de Londrina
2013, v.5, n.1	Sociedade, Educação e Esporte: a teoria do conhecimento e o esporte na formação de professores de educação física. (Tese).	Carlos Roberto Colavolpe	Universidade Federal da Bahia
2013, v.5, n.2	A questão da prática na formação do pedagogo no Brasil: uma análise histórica.	Luciana Cristina Salvatti Coutinho	Universidade Estadual de Campinas
2013, v. 5, n. 2	Pedagogia histórico-crítica e Psicologia histórico cultural: inferências para a formação e o trabalho de professores	Cristhyane Ramos Haddad, Maria de Fátima Rodrigues Pereira	Universidade Tuiuti do Paraná
2014, v.6; n.1	As disputas pela direção da formação de professores de Educação Física no Brasil (1980-2012).	Bárbara Cristina Pupio.	Universidade Estadual de Londrina
2014, v. 6, n. 1	Política de formação de professores para educação do campo: limites e possibilidades	Adriana D'Agostini, Mauro Titton	Universidade Federal de Santa Catarina
2015, v.7 ; n.1	Formação de professores de Educação Física para a Educação Infantil na perspectiva da formação ampliada: contribuições da Pedagogia Histórico Crítica.	Cristiane Guimarães de Lacerda	Universidade Federal da Bahia
2015, v.7, n.2	O marxismo historicista na formação de professores de educação de jovens e adultos (EJA): teoria e prática	Fábio Fernandes Villela	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
2015, v.7, n.1	Da formação inicial de professores à formação continuada: contribuições da pedagogia histórico-crítica na busca de uma formação emancipadora.	Maria Cláudia da Silva Saccomani, Luciana Cristina Salvatti Coutinho	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
2016, v. 8; n. 1	Profissionalização docente e subordinação do trabalho educativo à lógica flexível da produção capitalista.	Saulo Rodrigues Carvalho	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

2017, v.9; n. 2	Produção do conhecimento dos professores do curso de licenciatura em educação física da UFBA: realidade e possibilidade na formação de professores.	Ivson Conceição Silva	Universidade Federal da Bahia
2017, v.9; n.1	Formação de professores: superando o dilema teoria versus prática.	Bruna Carvalho; Lígia Márcia Martins	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
2018, v.10, n.1	Marxismo e a organização do ensino de matemática: significações de sujeitos em grupo de estudos e pesquisas.	Everaldo Gomes Leandro, Maria do Carmo de Sousa, José Antônio Araújo Andrade	Universidade Federal de São Carlos
2018, v.10, n.1	Da proletarização dos professores na ditadura empresarial-militar aos desafios educacionais da transição democrática: as contribuições de Florestan Fernandes sobre a formação política do professor.	Lucelma Silva Braga, Fabiana Rodrigues	Universidade Estadual de Campinas.
2018, v.10, n.2	Formação do professor no contexto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais.	Adriana Regina de Jesus Santos, Jose Alexandre Gonçalves, Thaise Pereira da Silva, Rogerio da Costa	Universidade Estadual de Londrina.

Fonte: Revista Germinal (Organização do autor, 2018)

Os trabalhos em tela, publicados pela revista Germinal, expressam alguns elementos de análise pertinente, a saber: 1) a temporalidade, os trabalhos submetidos e publicados situam-se em números mais expressivos em 2013 com 05 trabalhos, 2015 com 03 trabalhos e 2018 com 03 trabalhos; 2) os temas, circulam em debates em torno da formação de professores para a educação infantil, educação do campo, educação de jovens e adultos, a organização do trabalho pedagógico, formação da consciência política do professor, aspectos teórico-metodológicos para a formação dos professores, a formação dos professores de educação física, na perspectiva da tríade Sociedade, Educação e Esporte, o problema da prática do professor/pedagogo, as disputas políticas na direção da formação dos professores, profissionalização, proletarização e intensificação do trabalho docente, produção do conhecimento dos professores de licenciaturas e as contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico cultural para a formação e o trabalho do professor.

Apresentamos, na sequência, de um modo mais descritivo, os trabalhos observados pela pesquisa. A tese de doutoramento de Maria de Fátima Rodrigues Pereira (UNICAMP), se inscreve no conjunto de pesquisas cujo número vem crescendo desde a década de 1980 e que se têm debruçado, tanto no Brasil como em outros países, sobre um amplo espectro no qual se incluem temas como: o lócus da formação, a relação teoria/prática, identidade do professor, natureza do trabalho docente, proletarização do professor, certificação, o nível, grau e modalidade da formação do professor, formação a distância, formação em serviço, profissionalização docente, qualificação profissional. Porém, distingue-se por analisar a formação de professores no movimento histórico e suas disputas no contexto da reestruturação produtiva.

O texto de Nair Casagrande (UFRGS) tem como foco de interesse ‘A formação de educadores do campo’. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o desenvolvimento do currículo do curso de Pedagogia da Terra, realizado pela Via Campesina Brasil, no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA)/Instituto Josué de Castro (IEJC) no período de 2003 a 2007, em Veranópolis, Rio Grande do Sul, Brasil.

O estudo de Mauro Titon (UFSC) insere-se entre os que investigam a prática pedagógica na formação de professores do MST, tendo por objeto a organização do trabalho pedagógico. Como problema, indaga-se: os projetos de formação em Pedagogia da Terra em desenvolvimento no MST/BA alteram a organização do trabalho pedagógico possibilitando a apreensão/construção do conhecimento a partir da práxis revolucionária da luta pela terra? Buscou-se identificar relações entre trabalho e educação, reconhecendo que o trabalho pedagógico e sua organização expressam na particularidade do Movimento Social traços gerais do trabalho alienado, impregnando a ação educativa de contradições cujo conteúdo histórico coloca em risco as pretensões emancipatórias do próprio Movimento.

O artigo de Guilherme Gil da Silva (UFRGS) objetiva abordar o fenômeno da consciência dos indivíduos, realizando um breve apanhado dos elementos centrais para compreender o processo de consciência política de professores de Educação Física. Trata-se de uma pesquisa mais ampla, que procura analisar como se dá a formação e o engajamento políticos de professores, sendo que, nos limites deste artigo, apresentou-se os elementos para a compreensão das manifestações de sua consciência política. Procura-se recuperar o “movimento” da consciência, já que se entende que esta não é algo dado e inerte, que possa ser vista sem relacioná-la ao seu processo de desenvolvimento, inserida na história de sua formação.

Flávia de Figueiredo de Lamare, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, do Rio de Janeiro, apresenta um estudo sobre as políticas atuais de formação de professores de Educação Infantil, com o objetivo de analisar o Programa de Formação Inicial dos Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL) em suas múltiplas determinações inserindo-o no contexto mais amplo dado pelos encaminhamentos do projeto hegemônico de sociabilidade para o século XXI, em que a formação de professores tem um papel estratégico.

As autoras Ana Carolina Galvão e Marsiglia Ligia Marcia Martins (UNESP) tratam de apresentar algumas contribuições da pedagogia histórico-crítica para o debate acerca da formação de professores de um modo geral, levando em conta a concepção de ser humano, desenvolvimento e o papel da escola, em contraposição aos parâmetros atuais que produzem o esvaziamento e a desvalorização do professor e, conseqüentemente, da educação escolar.

A dissertação de Paula Souza da Silveira (UEL) apresenta como objeto de estudo o processo de formação da consciência de classe em si e para si. Prioriza-se a necessidade vital de compreender o processo de formação da consciência nos nexos com a produção da existência no capitalismo. O objetivo central foi investigar como se dá o processo de formação da consciência no capitalismo, considerando-se o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, a fim de sistematizar subsídios teórico-metodológicos que permitam, posteriormente, compreender como tem se dado esse processo na formação social brasileira, e, no seu interior, mais especificamente, no ensino superior e na formação de professores de Educação Física.

A tese de Carlos Roberto Colavolpe (UFBA) trata do sistema de complexo Sociedade-Educação-Esporte e analisa o trato desse conhecimento no currículo de formação de professores, para estabelecer relações e nexos entre o trabalho pedagógico, a teoria do conhecimento, o projeto de escolarização e o

projeto histórico para reconhecer proposição superadora no trato com o conhecimento, na perspectiva da formação para a emancipação humana.

Luciana Cristina Salvatti Coutinho (UNICAMP) no texto “A questão da prática na formação do pedagogo no Brasil: uma análise histórica”, traz contribuições no sentido de compreender a trajetória histórica da questão da prática no curso de Pedagogia no Brasil desde a origem do curso até os dias atuais, delimitando como marco final de estudo o ano de 1980, buscando empreender uma reflexão crítica sobre seu movimento em confronto com os determinantes históricos. O procedimento de análise guiou-se pelo eixo da questão da prática.

O artigo de Cristhyane Ramos Haddad e Maria de Fátima Rodrigues Pereira (UTP) apresenta a pedagogia histórico crítica e a psicologia histórico cultural e as inferências para a formação de professores no Brasil. Para tanto, buscou-se a fundamentação teórica em autores como Dermeval Saviani, Newton Duarte, Vigotski, Leontiev, Lígia Márcia Martins, Marilda Facci, Marta Sforni. A pedagogia histórico crítica postula que o ato educativo caracteriza-se pela intencionalidade, tendo como objetivo a apropriação do conhecimento sistematizado pelo aluno. O estudo aponta, segundo a perspectiva marxista, para a defesa da formação omnilateral dos professores como elemento imprescindível para o avanço rumo à consolidação de um ensino público de qualidade.

O texto de Bárbara Cristina Pupio (UEL) objetivou a investigar, na formação social brasileira, como se produziu a divisão da formação de professores de educação física no período 1980- 2012, localizando as disputas na direção da formação e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas a que esta formação atende.

Adriana D'Agostini e Mauro Tilton (UFSC) intencionaram tratar de forma crítica a política de formação de professores para o campo. Duas dimensões serão trabalhadas: a das possibilidades pedagógicas que se apresentam para formação de professores e a dos limites e o aprisionamento destas possibilidades nas políticas públicas para a educação do campo. Avalia-se que a atual política de formação de professores está pautada na aceleração, flexibilização e barateamento da formação profissional, repercutindo nas possibilidades de qualificação do trabalho docente, especialmente nas escolas do campo

A autora Cristiane Guimarães de Lacerda (UFBA) apresenta como objeto de estudo a delimitação dos conhecimentos necessários para a formação de professores de Educação Física para tratar a cultura corporal na Educação Infantil na perspectiva da formação ampliada. Para isto partiu-se do seguinte problema: Quais os conhecimentos que os professores de educação física devem dominar para atuar na educação infantil – a partir da especificidade do trato com a cultura corporal.

O texto de Fábio Fernandes Villela (UNESP) intitulado “O marxismo historicista na formação de professores de educação de jovens e adultos (EJA): teoria e prática” tem o sentido de aprofundar a questão da formação de professores, considerando as possibilidades de superação da divisão do trabalho na escola através do trabalho coletivo, elemento fundamental para a organização do trabalho pedagógico e da didática.

Maria Cláudia da Silva Saccomani e Luciana Cristina Salvatti Coutinho (UNESP) apresentam uma análise histórica da formação de professores, sinalizam o esvaziamento dos fundamentos científicos do

processo educativo como conteúdo a serem ensinados nos cursos de formação inicial. À luz da pedagogia histórico-crítica, (re)colocam no debate sobre a formação de professores o papel da educação escolar na formação dos seres humanos, defendendo uma sólida formação teórica, tendo a prática pedagógica, entendida não mais em seu caráter imediato e pragmático, mas como prática social de máxima humanização dos seres humanos.

Saulo Rodrigues Carvalho (UNESP) analisa o conceito de Identidade Profissional do Professor, sob o enfoque do Materialismo Histórico-Dialético. Trata-se de uma pesquisa teórico-conceitual a respeito da inter-relação entre a formação de professores na contemporaneidade e as demandas político ideológicas do regime de produção e acumulação flexível do capital. Por conseguinte, o objetivo da mesma é demonstrar, a luz de teorias fundamentadas no materialismo histórico-dialético que a centralidade conferida à construção da identidade docente no processo de formação de professores.

Ivson Conceição da Silva (UFBA) trata de uma investigação que buscou conhecer a realidade em que se desenvolve a produção do conhecimento dos professores doutores efetivos do curso de Educação Física da Universidade Federal da Bahia, considerando os supostos epistemológicos, ontológicos, gnosiológicos, axiológicos.

O trabalho das autoras Bruna Carvalho e Lígia Márcia Martins (UNESP) com o título “Formação de professores: superando o dilema teoria versus prática”, intenciona apresentar proposições, para a formação de professores, ancoradas nas teorias que têm como base o materialismo-histórico-dialético para superação da dicotomia teoria versus prática.

Everaldo Gomes Leandro, Maria do Carmo de Sousa e José Antônio Araújo Andrade (UFSCAR) objetiva apresentar um recorte de uma pesquisa de mestrado, no qual buscou-se compreender quais as possibilidades de inter-relação entre a teoria marxista e a organização do ensino de Matemática. Para isso, investiga-se processo de significação de sujeitos-participantes de um grupo de estudos e pesquisas ao discutirem coletivamente pressupostos da obra marxista para a organização do ensino de Matemática. Os dados construídos pela pesquisa revelaram a necessidade de reflexão conjunta sobre pressupostos da teoria marxista para a organização do ensino de Matemática.

Lucelma Silva Braga e Fabiana Rodrigues (UNICAMP) explicitam em seus estudos que durante os vinte e um anos da ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985), alterou-se a realidade das condições de vida e de trabalho dos professores das escolas públicas brasileiras. Uma das importantes decorrências das mudanças foi o crescimento das organizações que reivindicavam melhores condições de trabalho e salário para os professores. Diante deste quadro, investigaram a maneira pela qual o intelectual e militante das causas educacionais, Florestan Fernandes, discute a formação do professor em tempos de rearticulação das organizações dos trabalhadores que recolocou em cena o debate e a intensificação as lutas em torno das reformas democráticas não realizadas, entre elas a universalização da educação pública que rompesse com a histórica dualidade educacional.

Adriana Regina de Jesus Santos, Jose Alexandre Gonçalves, Thaise Pereira da Silva e Rogerio da Costa (UEL) analisam-se, neste trabalho, algumas questões referentes à construção da identidade profissional do professor, implícita nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e

Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Para a realização deste estudo utilizaram como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, cuja finalidade foi apresentar como estas diretrizes orientam a formação dos licenciados para a atuação docente, tendo em vista as propostas que se estabelecem nos princípios e fundamentos dessa resolução.

Dos 21 trabalhos selecionados, observamos que os debates atravessam as múltiplas determinações do modo de produção capitalista, sob o contexto da reestruturação produtiva e das implicações que as políticas educacionais no que tange a formação dos trabalhadores, se impõem atualmente. Nota-se também, que o tema formação de professores, ao ser submetida aos projetos de desenvolvimento do país, passa a ser conduzida numa perspectiva teórica-metodológica das teses do funcionalismo, pragmatismo e do tecnicismo, como tem interrogado inúmeros trabalhos, quando da abordagem de uma perspectiva teórica-metodológica emancipatória.

Desse modo, compreendemos diante da análise dos textos em tela, que estamos em acordo com Kuenzer (2016), quando afirma que

as novas aprendizagens que o trabalhador tem feito no trabalho, no âmbito do projeto pedagógico da acumulação flexível, trazem à tona a questão dos espaços formativos comprometidos com a crítica que objetiva, a partir do desvelar da ideologia, a construção de um projeto contra-hegemônico, que aponte para a emancipação dos que vivem do trabalho. (p. 33).

Os textos que discutem a formação de professores publicados pela Revista *Geminal* no percurso de 2009 a 2018, tem contribuído para o esforço de apontar para possibilidades de uma formação para além da subalternização do trabalhador às leis do trabalho. A prática contra-hegemônica pode vir do trabalho comprometido daqueles que formam o formador, quando colocados nos domínios da ciência, da cultura, da tecnologia e mediados por novas e diferentes formas de crítica e de espaços formativos que não seja somente as universidades, a escola, mas tarefa que se estende a função dos partidos políticos, dos sindicatos trabalhistas, e nos coletivos de estudos constituídos pelos professores e estudantes.

Algumas considerações

Ao realizar o levantamento de trabalhos que tratam da formação de professores para a educação profissional e tecnológica na Revista *Geminal* Marxismo e Educação em debate no percurso histórico de 2009 a 2018, algumas considerações são tecidas:

a) Nesses 9 anos de existência do periódico, constatamos 21 trabalhos entre artigos, dissertações e teses que trazem ao debate a formação de professores na educação básica e superior. Os debates no campo crítico ricamente elaboradas na perspectiva do marxismo e nos desafios de um compromisso ético-político pela educação emancipatória podem ser encontrados claramente nesses trabalhos publicados;

b) Os trabalhos trazem contribuições em pensar uma educação contra hegemônica, sobretudo, quando desenvolvidos no contexto de uma política pública de amplitude de um capital imperialista e de uma política econômica sob a égide da reestruturação produtiva, orquestrada pelos setores empresariais e financistas com a anuência do Estado;

c) As contribuições dos pesquisadores na temática Trabalho e Educação, categorias fortes do materialismo histórico-dialético, perpassam estudos que trazem movimentos teórico-metodológicos que tensionam o debate em questões que, no escopo da LDB/1996, tratam como modalidades, a saber: problemáticas da educação do campo, educação infantil, educação de jovens e adultos, mas que, em nenhum trabalho, encontramos debate acerca da formação de professores para a educação profissional e tecnológica e

d) Numa conjuntura de forte retrocesso dos avanços possíveis nas últimas décadas, por meio da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e através da inserção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, há de enfrentar “tempos obscuros” com a “luminosidade da ciência” e, desse modo, o necessário espaço, para o debate da formação dos formadores que trabalham na educação profissional e tecnológica, frente a esse contexto.

Referências

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

KUENZER, Acácia Zeneida. A formação dos trabalhadores no espaço de trabalho. A formação dos trabalhadores no espaço de trabalho, de moradia, na escola e nos movimentos sociais. In: *III Inter crítica: Formação dos trabalhadores e luta de classes*. Curitiba, PR: UTFPR, 2016.

MOURA, Dante Henrique. A formação docente para uma educação profissional e tecnológica socialmente produtiva. In: Formação de professores para Educação Profissional e Tecnológica. *Educação Superior em Debate*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2008.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. *Formação de Professores: debate e prática necessários a uma educação emancipada*. Chapecó, SC: Argos, 2010.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares; ALVES e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. Fortaleza, CE: Cortez, 1998.

Notas:

¹ Mestre e Doutorando em Educação (UTP). Professor de História (SEED/PR). Técnico em Assuntos Educacionais (IFPR). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Políticas Educacionais (TEPE) do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

² Denomino de Movimento Docente, as Associações Científicas que desenvolvem agendas de lutas na defesa de uma escola pública, democrática, gratuita e laica, tais como: ANFOPE, CEDES, ANPAE, ANPED, ANPOFE, etc.

³ Teixeira (1998) discute o conceito do surgimento do Neoliberalismo no interior da Economia Política Clássica (EPC) no sentido que, para satisfazer as necessidades individuais, o homem, ao cuidar de si mesmo, aprende que ao satisfazer a sua necessidade acaba beneficiando o outro. O ponto de encontro dessa “razão invisível”, segundo Adam Smith, é o mercado.

⁴ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia compõem-se de 38 IFs presentes em todos os Estados dispoendo de cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Totaliza-se 650 campi, 80 mil servidores, 11 mil cursos, 6 mil projetos de extensão, 1 milhão de matrículas, 100 revistas científica, 11 mil projetos de pesquisa, 8 mil periódicos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>.